

Novo CPC

O que mudou?

aula 01

CPC-2015:

Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, observando-se as disposições deste Código.

CPC-2015:

Art. 2º *O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.*

CPC-2015:

Art. 513. *O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código.*

§ 1º *O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á **a requerimento do exequente**.*

(...)

CPC-2015:

Art. 738. *Nos casos em que a lei considere jacente a herança, o juiz em cuja comarca tiver domicílio o falecido procederá imediatamente à arrecadação dos respectivos bens.*

CPC-2015:

Art. 746. *Recebendo do descobridor coisa alheia perdida, o juiz mandará lavrar o respectivo auto, do qual constará a descrição do bem e as declarações do descobridor.*

(...)

CPC-2015:

Art. 190. *Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo.*

Parágrafo único. *De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a **validade** das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação **somente nos casos de nulidade** ou de **inserção abusiva em contrato de adesão** ou em que **alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade**.*

CPC-2015:

Art. 191. De **comum acordo**, o juiz e as partes podem fixar **calendário** para a prática dos atos processuais, quando for o caso.

§ 1º O calendário vincula as partes e o juiz, e os prazos nele previstos somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

§ 2º Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual ou a realização de audiência cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

CPC-2015:

Art. 471. *As partes podem, de **comum acordo**, **escolher o perito**, indicando-o mediante requerimento, desde que:*

I - sejam plenamente capazes;

II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.

(...)

§ 3º *A **perícia consensual** substitui, para todos os efeitos, a que seria realizada por perito nomeado pelo juiz.*

CPC-2015:

Art. 357 (...)

§ 2º As partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.

CPC-2015:

Art. 357 (...)

§ 3º Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

CPC-2015:

Art. 3º *Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.*

(...)

CPC-2015:

Art. 3º *Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.*

§ 1º *É permitida a arbitragem, na forma da lei.*

(...)

CPC-2015:

Art. 237. *Será expedida carta:*

(...)

*IV - **arbitral**, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.*

CPC-2015:

Art. 189. *Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:*

(...)

*IV - que versem sobre **arbitragem**, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.*

CPC-2015:

Art. 3º (...)

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

CPC-2015:

Art. 334. *Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.*

(...)

CPC-2015:

Art. 334 (...)

§ 8º *O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado **ato atentatório à dignidade da justiça** e será sancionado com **multa** de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.*

(...)

CPC-2015:

Art. 90 (...)

§ 3º *Se a transação ocorrer antes da sentença, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver.*

CPC-2015:

Art. 4º *As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.*

CPC-2015:

Art. 139. *O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:*
(...)

IX - determinar o suprimimento de pressupostos processuais e o saneamento de outros vícios processuais;

(...)

CPC-2015:

Art. 282 (...)

§ 2º Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

CPC-2015:

Art. 485. *O juiz não resolverá o mérito quando:*

(...)

§ 7º *Interposta a apelação em qualquer dos casos de que tratam os incisos deste artigo, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se*

CPC-2015:

Art. 488. *Desde que possível, o juiz resolverá o mérito sempre que a decisão for favorável à parte a quem aproveitaria eventual pronunciamento nos termos do art. 485.*

CPC-2015:

Art. 932. *Incumbe ao relator:*

Parágrafo único. *Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.*

CPC-2015:

Art. 938 (...)

§ 1º Constatada a ocorrência de vício sanável, inclusive aquele que possa ser conhecido de ofício, o relator determinará a realização ou a renovação do ato processual, no próprio tribunal ou em primeiro grau de jurisdição, intimadas as partes.

(...)

CPC-2015:

Art. 1.029. *O recurso extraordinário e o recurso especial, nos casos previstos na Constituição Federal, serão interpostos perante o presidente ou o vice-presidente do tribunal recorrido, em petições distintas que conterão: (...)*

§ 3º *O Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo ou determinar sua correção, desde que não o repute grave.
(...)*